

Uma nova ameça ao ensino

CARLOS ALBERTO SERPA *de Oliveira*

Estamos correndo o grande risco de ser um país sem futuro. Enquanto, em todo o Mundo desenvolvido, o sucesso e a concentração de poder efetivo se alicerçam sempre na prioridade, na importância e, principalmente, na seriedade com que as nações líderes de hoje investiram e investem na educação, a situação brasileira é de atraso absoluto, com agravamento das condições socio-económicas e culturais de seu povo. Justamente no momento em que ascende à pasta da Educação nacional um homem da lucidez e da competência amplamente reconhecida do Ministro José Goldemberg, paira sobre o País a ameaça de vermos aprovada, de afogadilho, pelo Congresso Nacional, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, oriunda de três anos de discussões, debates e negociações, que a transformaram em irreal, distorcida e descompromissada com os reais interesses do País. Revelando-se fortemente corporativista, retira da União a responsabilidade e o dever constitucionais de prover o País de uma educação livre e de bom nível, concentrando tal poder nas mãos de um Conselho Nacional de Educação, composto de 34 membros; o Presidente da República conta apenas com quatro membros; os demais, indicados por "entidades nacionais" corporativas, são demissíveis **ad nutum** se não se comportarem de acordo com os interesses dessas entidades, apesar de cumprirem mandatos de dois ou quatro anos por nomeação do Chefe da Nação. Cria-

se, assim, um verdadeiro poder absolutista corporativo, que se apodera, a meu ver, inconstitucionalmente, de enorme fatia de poder, privativo, pela Constituição, do Poder Executivo e do Poder Legislativo; formula a Política Nacional de Educação, coordena e supervisiona o sistema de ensino, decide sobre os orçamentos educacionais etc, deixando ao ministro o mero papel do cumpridor de suas ordens. Este "Conselhão" pode tudo, inclusive desrespeitar a autonomia de Estados e municípios. E a pré-LDB pretende exercer uma centralização tão grande, que decide a priori áreas ou experiências educacionais em que o Estado e o município não podem atuar... E o anteprojeto, ao invés de delinear diretrizes e bases, é extremamente detalhista, chegando, entre outros absurdos, a fixar matérias e cargas horárias obrigatórias a nível nacional.

A pré-LDB se arvora o direito de legislar sobre matéria tributária, matéria trabalhista, com uma semicerimônia impressionante. E o ensino privado, base da pluralidade de ensino, condição primeira de uma democracia, é apenas tolerado, citado em alguns momentos como "cabível" supletivamente, onde e quando se fizer necessário.

Vamos acordar, minha gente! Todos nós queremos um sistema educacional, público e gratuito, aberto a todos e de bom nível em todos os graus, para o que pagamos impostos. Queremos isto com o mesmo empenho com que sentimos a necessidade imperiosa de preservar o direito da sociedade de escolher para seus filhos uma escola privada livre e de elevado padrão.

Não será, contudo, com essa lei, da qual pincei apenas alguns absurdos, que alcançaremos o estágio educacional que almejamos e necessitamos com urgência de um país que já está no CTI, em matéria de modernização.

Poder e modernidade, hoje, superam os conceitos antigos de estratégia geopolítica e fluem da informação e do conhecimento de um povo.

Por isso, todos nós, educadores, conclamamos a sociedade civil a que acompanhe, atenta e participativamente, o Simpósio Nacional sobre a LDB que, sob a presidência do Ministro Goldemberg, reunirá educadores de todo o País e parlamentares, que devem cumprir sua missão de dar ao povo a educação que ele pede e merece. É indispensável que, esquecendo lobbies corporativistas e negociações cartoriais de bastidores, os representantes do povo superem ideologias e interesses partidários em prol de uma causa superlativa. Por outro lado, hoje temos ministro e planos concretos e corretos em elaboração, mas tudo será inútil se a pré-LDB, verdadeira colcha de retalhos, vier a ser aprovada como está.

Esperamos que, no Hotel Glória, entre hoje e quarta feira, vença o bom senso e a vontade popular, e que Deus ilumine a todos os que vão participar do Simpósio sobre a LDB, para evitar a hecatombe final.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira é Presidente da Academia Internacional de Educação, Presidente da Fundação Cesgranrio e Coordenador Geral do Simpósio Nacional sobre a LDB.